

COORDENAÇÃO: Ricardo Oliveira e Márcio Cots

REFÁCIO: Bruno Biont

Contém vídeo de
apresentação da
nova edição:



NOVIDADE DA EDIÇÃO:
Artigo sobre a aplicação do Legítimo
Interesse no Comércio Eletrônico

2ª Edição
Revista,
atualizada e
ampliada

O LEGÍTIMO INTERESSE E A LGPD

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

AUTORES:
Andresa Cruz
Carlos Alberto Ribeiro
João Pedro Ferraz Teixeira
José Baños
Leandro Alvarenga Miranda
Márcio Cots
Renato Rossi Filho
Ricardo Azevedo
Ricardo Oliveira

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitas Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Estagiárias: Ana Amalia Strojnowski, Bárbara Baraldi, Bruna Mestriner e Mirna Adel Nasser

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Alana Fagundes Valério, Caroline Vieira, Danielle Castro de Moraes, Mariana Piastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thais Pereira e Victória Menezes Pereira

Designer Editorial: Lucas Kfourri

Estagiárias: Bianca Satie Abduch, Maria Carolina Ferreira, Sofia Mattos e Tainá Luz Carvalho

Capa: Samantha Stephanie da Purificação

Adaptação de capa: Felipe Marques Gama

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROPRESA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

O Legítimo interesse e a LGPD / Ricardo Oliveira e Márcio Cots, coordenação.
-- 2. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-5614-725-3

1. Direito à privacidade 2. Direito à privacidade - Brasil 3. Proteção de dados pessoais 4. Proteção de dados - Leis e legislação I. Oliveira, Ricardo. II. Cots, Márcio.

21-58822

CDU-342.721

Índices para catálogo sistemático:

1. Proteção de dados pessoais : Direito 342.721

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO	7
SOBRE OS AUTORES	9
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 – A IMPORTÂNCIA DA LGPD E SEU PAPEL NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	27
1.1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e seu contexto de criação.....	29
1.2. Contexto legislativo de ingresso da LGPD.....	32
1.3. O Marco Civil da Internet e o início da regulamentação do tratamento de dados pessoais de forma abrangente...	37
1.4. A convivência entre a LGPD e o Marco Civil da Internet...	39
1.5. Dos principais impactos gerados pela LGPD no ordenamento jurídico.....	42
1.5.1. Do estabelecimento de princípios.....	42
1.5.2. Privacidade e controle sobre os dados pessoais como pressupostos da LGPD	45
1.5.3. Do reconhecimento da titularidade dos dados pessoais.....	47
1.5.4. A criação das figuras dos agentes de tratamento: Controlador e Operador	47
1.5.5. Definição de dados pessoais e do tratamento deles.....	48

1.5.6.	As bases legais e jurídicas de tratamento de dados pessoais.....	49
1.5.6.1.	Consentimento	51
1.5.6.2.	Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória	52
1.5.6.3.	Políticas Públicas	53
1.5.6.4.	Órgão de pesquisas.....	53
1.5.6.5.	Execução de Contratos.....	54
1.5.6.6.	Exercício regular de direitos	54
1.5.6.7.	Proteção da vida	55
1.5.6.8.	Tutela da saúde	55
1.5.6.9.	O Legítimo Interesse	56
1.5.6.10.	Proteção ao crédito	57
1.6.	Apontamentos finais.....	57
CAPÍTULO 2 – O LEGÍTIMO INTERESSE		59
2.1.	Previsão legal.....	61
2.2.	Legítimo interesse: definição	64
2.3.	Requisitos do Legítimo Interesse.....	66
2.3.1.	Interesse do Controlador e o interesse de terceiros.....	67
2.3.1.1.	O lucro como Legítimo Interesse...	73
2.3.2.	Finalidades Legítimas.....	74
2.3.3.	Situações Concretas.....	77
2.3.4.	Interesse do Titular: Proteção dos seus Direitos ou geração de Benefícios.....	78
2.3.4.1.	O interesse do Titular e a não obrigatoriedade de presunção por parte do Controlador	79

2.3.4.2.	Da prestação de serviços para benefício do Titular	82
2.3.4.3.	Proteção do exercício regular dos direitos do titular	86
2.3.5.	Legítima Expectativa do titular	89
2.3.6.	Da aplicação dos Princípios da Necessidade e da Transparência.....	93
2.3.7.	Elementos do Legítimo Interesse encontrados na GDPR	98
2.3.7.1.	Do Teste de Ponderação	100
2.3.7.2.	Da relação jurídica prévia e a Legítima Expectativa.....	106

CAPÍTULO 3 – O LEGÍTIMO INTERESSE E A LEGÍTIMA EXPECTATIVA DO TITULAR DOS DADOS PESSOAIS.....

3.1.	Considerações Iniciais.....	113
3.2.	Do que se trata o princípio da Legítima Expectativa do Titular	114
3.3.	Contornos Práticos da Legítima Expectativa no Contexto da Livre Iniciativa	120
3.4.	A Questão do Benefício ao Titular Como Pressuposto para Enquadramento na Livre Iniciativa	128
3.5.	Concluindo.....	135

CAPÍTULO 4 – PREMISSAS PARA A APLICAÇÃO DO LEGÍTIMO INTERESSE NAS RELAÇÕES COM VULNERÁVEIS E HIPOSSUFICIENTES (CONSUMIDOR E EMPREGADO)

4.1.	Dos conceitos jurídicos da vulnerabilidade e da hipossuficiência	141
4.2.	Do objetivo da LGPD e da presunção de desequilíbrio entre as partes	143

16 O LEGÍTIMO INTERESSE E A LGPD

4.3.	Dos impactos jurídicos do Legítimo Interesse sobre o tratamento de dados pessoais de vulneráveis em comparação ao Consentimento.....	147
4.4.	Da necessidade de estabelecimento do “equilíbrio provisório” para reforçar a aplicação do Legítimo Interesse no tratamento de dados de vulneráveis.....	153
4.4.1.	● <i>opt out</i> ou exclusão de dados	153
4.4.2.	Canais de ouvidoria ou reclamação, garantindo-se o sigilo do titular	155
4.4.3.	Tecnologias que privilegiem o acesso facilitado aos dados pessoais tratados.....	157
4.4.4.	Disponibilização de informações adicionais sobre compartilhamento de dados pessoais com outros controladores	159
4.4.5.	Outras formas de equilibrar a relação	160

CAPÍTULO 5 – LEGÍTIMO INTERESSE E OS DADOS TORNADOS PÚBLICOS E DE ACESSO PÚBLICO

5.1.	Introdução: a Lei Geral de Proteção de Dados e os dados disponíveis publicamente.....	163
5.2.	Dados disponíveis publicamente: dados pessoais de acesso público e dados pessoais tornados manifestamente públicos.....	164
5.3.	A proteção aos dados de acesso público antes da Lei 13.853/2019	165
5.4.	A proteção aos dados de acesso público pós Lei 13.853/2019	167
5.5.	Legítimo Interesse aplicado ao dado de acesso público	170
5.6.	Legítimo Interesse aplicado ao dado tornado manifestamente público	179

5.7. Crítica: a inclusão do § 7º ao art. 7º da LGPD e o enfraquecimento da proteção aos dados pessoais de acesso público e tornados manifestamente públicos.....	184
CAPÍTULO 6 – AS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS E O LEGÍTIMO INTERESSE NO DIREITO BRASILEIRO	191
6.1. Introdução	193
6.2. Análise de crédito com e sem pedido do titular dos dados pessoais	199
6.3. Conclusão.....	216
CAPÍTULO 7 – LEGÍTIMO INTERESSE NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS.....	217
7.1. Introdução	219
7.2. Distinção do Tratamento de Dados Realizados por Legítimo Interesse, Execução de Contratos e Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória.....	221
7.3. A Aplicação do Legítimo Interesse nas Relações Trabalhistas Regidas pela CLT	224
7.4. O Possível Conflito entre o Legítimo Interesse e os Princípios do Direito Trabalhista.....	228
7.5. O Legítimo Interesse e o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis dos Trabalhadores	234
7.6. Conclusão.....	239
CAPÍTULO 8 – O LEGÍTIMO INTERESSE E O COMÉRCIO ELETRÔNICO NO BRASIL.....	241
8.1. Introdução	243
8.2. O comércio eletrônico e o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.....	248
8.2.1. O conceito e a importância do comércio eletrônico.....	248

18 O LEGÍTIMO INTERESSE E A LGPD

8.2.2.	Desafios, possibilidades e o impacto da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no comércio eletrônico	251
8.3.	O comércio eletrônico e o legítimo interesse	254
8.3.1.	Publicidade no comércio eletrônico	260
8.4.	As limitações da utilização da base legal do legítimo interesse para as atividades do comércio eletrônico...	265
8.4.1.	Do tratamento de dados sensíveis e a vedação da utilização da base legal do legítimo interesse...	265
8.4.2.	Do cruzamento de bases de dados para oferecimento de produtos ou serviços diferentes dos contratados e adquiridos anteriormente	269
8.5.	Conclusão	271
8.6.	Bibliografia	273

CAPÍTULO 9 – LEGÍTIMO INTERESSE SOB A PERSPECTIVA DA GDPR..... 275

9.1.	Introdução	277
9.2.	Breve histórico do Interesse Legítimo	279
9.3.	Princípios Orientadores Proteção de Dados.....	282
9.4.	Regulamento Geral de Proteção de Dados e os Interesses Legítimos	284
9.4.1.	Breve relato acerca do RGPD.....	284
9.4.2.	Em busca dos interesses legítimos no RGPD....	288
9.5.	Novas bases interventivas do interesse legítimo	298
9.5.1.	Marketing	298
9.5.2.	<i>Big Data</i>	301
9.5.3.	Metadados e tráfego de dados.....	304
9.5.4.	<i>Startups</i>	306

9.5.5. Atividade Jornalística e outras formas de expressão	309
9.6. Conclusão.....	310
CAPÍTULO 10 – O LEGÍTIMO INTERESSE NA JURISPRUDÊNCIA DA UNIÃO EUROPEIA.....	313
10.1. Introdução e objeto	315
10.2. O legítimo interesse na comunicação de dados pessoais a terceiros para a apresentação de reclamações legais... ..	315
10.2.1. Resumo	315
10.2.2. Principais argumentos.....	316
10.2.3. Conclusões.....	318
10.3. O legítimo interesse na elaboração de lista, por parte das autoridades, para efeitos de arrecadação e luta contra a fraude fiscal.....	318
10.3.1. Resumo	318
10.3.2. Principais argumentos.....	319
10.3.3. Conclusões	320
10.4. O legítimo interesse na videovigilância oculta a trabalhadores	321
10.4.1. Resumo	321
10.4.2. Principais Argumentos	322
10.4.3. Conclusões.....	323
10.5. O Interesse legítimo na administração de autorizações de acesso a sistemas de informação.....	323
10.5.1. Resumo	323
10.5.2. Principais Argumentos	325
10.5.3. Conclusões.....	325

10.6.	O interesse legítimo na comunicação de dados relativos a bens imóveis.....	326
10.6.1.	Resumo	326
10.6.2.	Principais Argumentos	326
10.6.3.	Conclusões.....	326
10.7.	O legítimo interesse na comunicação a terceiros de dados pessoais médicos	327
10.7.1.	Resumo	327
10.7.2.	Principais Argumentos	327
10.7.3.	Conclusões.....	328
10.8.	O legítimo interesse na consulta de dados médicos de menores	328
10.8.1.	Resumo	328
10.8.2.	Principais Argumentos	329
10.8.3.	Conclusões.....	329
10.9.	O legítimo interesse na publicação de dados de registrantes por meio do WHOIS	330
10.9.1.	Resumo	330
10.9.2.	Principais Argumentos	331
10.9.3.	Conclusões.....	331
10.10.	O legítimo interesse no tratamento e conservação de dados bancários dos usuários	332
10.10.1.	Resumo	332
10.10.2.	Principais Argumentos	333
10.10.3.	Conclusões.....	334
10.11.	O Legítimo Interesse nos sistemas de vigilância a empregados e interessados em um restaurante	334
10.11.1.	Resumo	334

10.11.2. Principais Argumentos	335
10.11.3. Conclusões	335
10.12. O Legítimo Interesse em sistemas de vigilância a empregados de uma companhia	336
10.12.1. Resumo	336
10.12.2. Principais Argumentos	337
10.12.3. Conclusões	337
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	339